

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

PROVA OBJETIVA (P₁) -- CONHECIMENTOS GERAIS --

Texto CG1A1

Cerca de quatro a cada dez cargos de liderança no Poder Executivo brasileiro são ocupados por pessoas negras ou indígenas. Apesar de representarem juntas a maior parte da população brasileira, elas são 39% das lideranças nos ministérios, nas autarquias e nas fundações. Essa porcentagem aumentou 17% ao longo dos últimos 25 anos. Homens brancos seguem, no entanto, ocupando sozinhos a maior fatia das posições de liderança, 35%.

Os dados são do estudo inédito **Lideranças negras no Estado brasileiro (1995-2024)**. O estudo promove um levantamento do perfil daqueles que ocupam os quadros de liderança, com base nos dados do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE). A pesquisa considera os últimos 25 anos, o que corresponde a sete gestões presidenciais. Além disso, o estudo apresenta entrevistas aprofundadas com 20 dessas lideranças.

De acordo com os dados levantados, em 1999, homens negros ou indígenas ocupavam 13% dos cargos de liderança no Poder Executivo. Já as mulheres negras ou indígenas ocupavam 9% dessas posições. Juntos, esses homens e mulheres preenchiam 22% dos cargos. Na mesma época, os homens brancos estavam em 37% das posições de liderança, e as mulheres brancas, em 29%.

Em 2024, o cenário mudou. Homens negros ou indígenas passaram a ocupar 24% dos cargos, e as mulheres negras ou indígenas, 15%. As mulheres brancas estão em 26% dos cargos de liderança, e os homens brancos seguem ocupando a maior porcentagem, 35%.

O estudo também destaca alguns marcos de ações afirmativas no serviço público que promoveram mudanças no perfil das lideranças no Poder Executivo. Entre eles está a Lei n.º 12.990/2014, que reserva às pessoas negras 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

“O aumento da presença de pessoas negras em posições de liderança no Poder Executivo nos últimos anos representa um avanço importante, porém ainda insuficiente. Os dados revelam que há um trabalho significativo a ser realizado para garantir a equidade racial e de gênero no Brasil. Investir em políticas que ampliem a presença de líderes pretos, pardos e indígenas no serviço público e que promovam a sua permanência nesses cargos é necessário e urgente para a democracia. Essa iniciativa impactará positivamente o país”, diz Alessandra Benedito, vice-presidente de Equidade Racial da Fundação Lemann.

Internet: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br>> (com adaptações).

Questão 1

Entende-se da leitura do texto CG1A1 que, no Brasil,

- Ⓐ o crescimento da participação de pessoas negras e indígenas em cargos de liderança no Poder Executivo brasileiro ocorreu de forma homogênea entre homens e mulheres ao longo do período analisado no estudo mencionado no texto.
- Ⓑ a ampliação da participação de pessoas negras e indígenas em cargos de liderança no Poder Executivo brasileiro resultou na redução significativa da presença de homens brancos nessas posições ao longo dos últimos 25 anos.
- Ⓒ em 2024, o número de homens brancos em conjunto com o de mulheres brancas em cargos de liderança passou a corresponder a menos da metade das posições de liderança existentes no Poder Executivo brasileiro.
- Ⓓ o estudo mencionado no texto conclui que a reserva de vagas em concursos públicos foi suficiente para garantir a equidade racial e de gênero nos cargos de liderança da administração pública federal brasileira.
- Ⓔ as transformações observadas no perfil das lideranças do Poder Executivo brasileiro decorreram de um conjunto de fatores institucionais, entre os quais se incluem medidas voltadas à ampliação da representatividade racial no serviço público.

Questão 2

A partir das ideias veiculadas no texto CG1A1, é correto inferir que

- Ⓐ os dados apresentados têm relevância apenas para a compreensão da estrutura interna do Poder Executivo no âmbito do Estado brasileiro.
- Ⓑ a presença de diferentes grupos nos cargos de liderança do Poder Executivo brasileiro é tratada como um aspecto exclusivamente administrativo.
- Ⓒ a análise estatística apresentada é utilizada para fundamentar a defesa de ações voltadas à ampliação da diversidade nos cargos de liderança no Poder Executivo brasileiro.
- Ⓓ o estudo mencionado no texto se concentra na caracterização da realidade brasileira atual, utilizando referências históricas de forma acessória.
- Ⓔ a referência às sete gestões presidenciais brasileiras tem a finalidade de atribuir os resultados observados a governos específicos.

Questão 3

Quanto à tipologia, o texto CG1A1 caracteriza-se predominantemente como

- Ⓐ descritivo, haja vista a caracterização pormenorizada das lideranças do Poder Executivo brasileiro.
- Ⓑ narrativo, haja vista a sequência temporal dos fatos apresentados.
- Ⓒ injuntivo, haja vista seu propósito de orientar o leitor a tomar medidas voltadas à equidade racial.
- Ⓓ argumentativo, haja vista a defesa da necessidade de um melhor posicionamento do Estado brasileiro a respeito da representatividade racial.
- Ⓔ expositivo, haja vista a apresentação e a explicação de dados relativos a estudo sobre a ocupação de cargos de liderança no Estado brasileiro.

Questão 4

No que se refere à coesão e à progressão textual no texto CG1A1, assinale a opção correta.

- A No quinto parágrafo, o autor destaca a Lei n.º 12.990/2014 como a mais importante iniciativa do governo brasileiro para promover mudanças no perfil das lideranças no Poder Executivo.
- B No período “Já as mulheres negras ou indígenas ocupavam 9% dessas posições.” (terceiro parágrafo), o termo “Já” indica que a informação veiculada nesse período decorre diretamente da informação anterior, estabelecendo relação de causa e consequência entre elas.
- C No quarto parágrafo, observa-se um rompimento da continuidade temática do texto, visto que o foco da discussão se desloca para um contexto distinto do desenvolvido nos parágrafos anteriores, sinalizado no período “Em 2024, o cenário mudou.”.
- D No período “Apesar de representarem juntas a maior parte da população brasileira, elas são 39% das lideranças nos ministérios, nas autarquias e nas fundações.” (primeiro parágrafo), o autor do texto deixa claro que o percentual apresentado não se refere separadamente a cada um dos grupos mencionados no período anterior.
- E No período “Além disso, o estudo apresenta entrevistas aprofundadas com 20 dessas lideranças.” (segundo parágrafo), a expressão “Além disso” introduz uma explicação a respeito da metodologia utilizada para o levantamento dos dados estatísticos apresentados anteriormente.

Questão 5

No trecho “Homens brancos seguem, no entanto, ocupando sozinhos a maior fatia das posições de liderança” (primeiro parágrafo), a forma verbal “ocupando” poderia ser substituída, sem prejuízo da correção gramatical e dos sentidos do texto CG1A1, por

- A ocupados.
- B para ocuparem.
- C a ocupar.
- D ocupam.
- E tendo ocupado.

Questão 6

Estariam mantidos a correção gramatical e o sentido do texto CG1A1 caso, no trecho “Homens brancos seguem, no entanto, ocupando sozinhos a maior fatia das posições de liderança” (primeiro parágrafo), a expressão “no entanto” fosse substituída por

- A todavia.
- B em compensação.
- C por conseguinte.
- D conquanto.
- E porquanto.

Questão 7

No primeiro parágrafo do texto CG1A1, a oração “Apesar de representarem juntas a maior parte da população brasileira” expressa, em relação à oração imediatamente subsequente, circunstância de

- A condição.
- B causa.
- C consequência.
- D comparação.
- E concessão.

Questão 8

Julgue os itens a seguir, relativos ao seguinte período do segundo parágrafo do texto CG1A1: “O estudo promove um levantamento do perfil daqueles que ocupam os quadros de liderança, com base nos dados do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE).”.

- I A segunda oração do período tem função adjetiva e se caracteriza como restritiva.
- II A forma verbal “ocupam” está flexionada na terceira pessoa do plural porque concorda com o termo “daqueles”, que funciona como sujeito gramatical da oração constituída por tal forma verbal.
- III Estariam mantidas a correção gramatical do período e as relações sintáticas nele estabelecidas caso o trecho “daqueles que ocupam os quadros de liderança” fosse reescrito como **aqueles ocupantes dos quadros de liderança**.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 9

No trecho “Entre eles está a Lei n.º 12.990/2014, que reserva às pessoas negras 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos” (quinto parágrafo do texto GG1A1), a segunda oração

- A expressa uma circunstância de consequência em relação à oração que a precede.
- B exerce a função sintática de aposto, o que justifica o emprego da vírgula.
- C tem caráter explicativo, pois acrescenta uma informação a um antecedente já suficientemente definido.
- D acrescenta à primeira oração uma circunstância conclusiva, motivo pelo qual é separada desta oração por vírgula.
- E restringe o significado do termo que a antecede.

Questão 10

Assinale a opção em que é apresentada proposta de reescrita gramaticalmente correta e coerente com as ideias do texto CG1A1 para o seguinte trecho do quinto parágrafo: “O estudo também destaca alguns marcos de ações afirmativas no serviço público que promoveram mudanças no perfil das lideranças no Poder Executivo. Entre eles está a Lei n.º 12.990/2014”.

- A O estudo também destaca alguns marcos de ações afirmativas no serviço público que promoveram mudanças no perfil das lideranças no Poder Executivo, de modo que entre eles está a Lei n.º 12.990/2014
- B O estudo também destaca alguns marcos de ações afirmativas no serviço público que promoveram mudanças no perfil das lideranças no Poder Executivo, cuja Lei n.º 12.990/2014
- C O estudo também destaca alguns marcos de ações afirmativas no serviço público que promoveram mudanças no perfil das lideranças no Poder Executivo; por conseguinte, a Lei n.º 12.990/2014
- D O estudo também destaca alguns marcos de ações afirmativas no serviço público que promoveram mudanças no perfil das lideranças no Poder Executivo, ainda que entre eles esteja a Lei n.º 12.990/2014
- E O estudo também destaca alguns marcos de ações afirmativas no serviço público que promoveram mudanças no perfil das lideranças no Poder Executivo, entre os quais figura a Lei n.º 12.990/2014

Questão 11

Cada uma das opções a seguir apresenta uma proposta de reescrita para o seguinte período do último parágrafo do texto CG1A1: ‘Investir em políticas que ampliem a presença de líderes pretos, pardos e indígenas no serviço público e que promovam a sua permanência nesses cargos é necessário e urgente para a democracia.’. Assinale a opção em que a reescrita proposta é gramaticalmente correta e preserva os sentidos do texto.

- A** Investir em políticas que ampliem a presença de líderes pretos, pardos e indígenas no serviço público é necessário e urgente para a democracia, bem como promover a permanência deles nesses cargos.
- B** Para a democracia, é necessário e urgente investir em políticas que ampliam a presença de líderes pretos, pardos e indígenas no serviço público, assim como a promoção da sua permanência nesses cargos.
- C** É necessário e urgente para a democracia investir em políticas que ampliem a presença de líderes pretos, pardos e indígenas no serviço público, bem como que promovam a sua permanência nesses cargos.
- D** Para a democracia, investir em políticas que ampliem a presença de líderes pretos, pardos e indígenas no serviço público, bem como promover a sua permanência nesses cargos, são medidas necessárias e urgentes.
- E** É necessário e urgente investir em políticas que ampliam a presença de líderes pretos, pardos e indígenas no serviço público, assim como que promovem a sua permanência nesses cargos, visando à democracia.

Questão 12

No trecho “os homens brancos estavam em 37% das posições de liderança, e as mulheres brancas, em 29%” (terceiro parágrafo do texto CG1A1), a vírgula empregada após “mulheres brancas”

- A** deve-se exclusivamente ao deslocamento da expressão “em 29%” de sua posição canônica na oração.
- B** justifica-se por introduzir informação numérica que diverge da apresentada em relação a “os homens brancos”.
- C** indica a elipse de um termo recuperável pelo leitor por estar exposto anteriormente.
- D** justifica-se por introduzir uma informação acessória acerca das mulheres brancas.
- E** poderia ser substituída por dois-pontos, preservando-se a correção gramatical e os sentidos do texto.

Questão 13

Assinale a opção em que a proposta de reescrita apresentada para o trecho “que reserva às pessoas negras 20% das vagas” (quinto parágrafo) preserva a correção gramatical e os sentidos do texto CG1A1.

- A** que concede a população negra 20% das vagas
- B** que assegura à toda a população negra 20% das vagas
- C** que resguarda à cada pessoa negra 20% das vagas
- D** que destina a todas as pessoas negras 20% das vagas
- E** que garante as pessoas negras 20% das vagas

Questão 14

No quinto parágrafo do texto CG1A1, o vocábulo “provimento” veicula o mesmo sentido de

- A** posse.
- B** preenchimento.
- C** providência.
- D** promoção.
- E** participação.

Questão 15

Durante um curso de especialização em economia, Maria, Eduarda e Ingrid participaram de uma competição de empreendedorismo que aconteceu em três rodadas. Em cada uma das rodadas, uma delas recebeu 5 pontos, outra recebeu 3 pontos e a outra recebeu 1 ponto. No final da competição, Ingrid tinha a maior pontuação total entre as colegas.

A respeito da situação hipotética apresentada, assinale a opção que corresponde à menor pontuação total possível que Ingrid teve no fim da competição.

- A** 3
- B** 9
- C** 11
- D** 13
- E** 15

Questão 16

Na secretaria estadual de planejamento, duas equipes técnicas, A e B, analisaram propostas de investimento público apresentadas por diferentes municípios de Roraima. Cada equipe recebeu cinco processos, sendo um de cada uma das seguintes áreas distintas: saúde, educação, infraestrutura, assistência social e saneamento. Após a distribuição inicial, devido a uma pane, o sistema sorteou aleatoriamente um processo da equipe A e o transferiu para a equipe B, deixando-a com seis processos. Em seguida, o sistema se corrigiu e, também de forma aleatória, sorteou um dos seis processos da equipe B de volta para a equipe A, deixando cada equipe com cinco processos.

Com base na situação hipotética precedente, assinale a opção que corresponde à probabilidade de a distribuição ficar equilibrada após as duas transferências, considerando que a distribuição dos processos ficará equilibrada se cada equipe voltar a ter exatamente um processo de cada uma das cinco áreas distintas.

- A** 1/2
- B** 1/3
- C** 1/5
- D** 1/6
- E** 1/10

Questão 17

Em uma ação para a melhoria da qualidade de vida dos servidores públicos do estado, há 45 servidores participando de um programa que oferece aulas de música, de dança e de pintura. Cada servidor deve estar matriculado em pelo menos uma dessas três aulas, mas pode estar matriculado, simultaneamente, em duas ou nas três. Sabe-se que há 25 servidores matriculados na aula de música, 30 servidores matriculados na de pintura, 21 servidores matriculados na de dança e 18 servidores matriculados simultaneamente em pelo menos duas aulas.

Na situação apresentada, a quantidade de servidores que estão matriculados simultaneamente nas três aulas é igual a

- A** 3.
- B** 7.
- C** 12.
- D** 13.
- E** 31.

Questão 18

Considere as funções a seguir.

$\text{servidor}(x) = 'x \text{ é servidor público}'$
 $\text{economista}(x) = 'x \text{ estudou economia}'$

A partir das informações precedentes, assinale a opção que corresponde ao significado, em língua natural, da expressão $\exists! x, \text{servidor}(x) \wedge \sim \text{economista}(x)$.

- A Existe pelo menos um servidor público que estudou economia.
- B Existe pelo menos um servidor público que não estudou economia.
- C Existe um único servidor público que não estudou economia.
- D Nenhum servidor público não estudou economia.
- E Todos os servidores públicos não estudaram economia.

Questão 19

Considere que, em um instituto de pesquisa econômica, 4 economistas, trabalhando 5 horas por dia durante 9 dias, elaborem 6 relatórios. Considerando que todos os economistas tenham a mesma produtividade, assinale a opção que corresponde ao número de horas por dia que deverão trabalhar 6 economistas para elaborar 12 relatórios em 10 dias.

- A 4 horas e 30 minutos
- B 5 horas
- C 6 horas
- D 8 horas
- E 10 horas

Questão 20

Um financiamento de R\$ 120.000,00 realizado pelo sistema de amortização constante será pago em 24 prestações mensais com taxa de juros de 2% ao mês.

Nesse caso, o valor da 12.^a prestação será igual a

- A R\$ 1.200.
- B R\$ 1.300.
- C R\$ 5.000.
- D R\$ 6.200.
- E R\$ 6.300.

Questão 21

Uma empresa contratou um empréstimo de R\$ 105.000 a ser pago em um mês. O banco cobrou R\$ 5.000 de tarifa no ato da liberação do crédito, o que significa que o valor liberado para a empresa foi de R\$ 100.000. Após um mês da contratação, o saldo devedor do empréstimo será de R\$ 112.200,00.

A partir da situação hipotética precedente, se a inflação neste período de um mês for de 2%, o custo real efetivo da operação será igual a

- A 10,0%.
- B 10,2%.
- C 12,0%.
- D 12,2%.
- E 14,4%.

Questão 22

Método utilizado na avaliação econômica de projetos, o *payback* descontado

- A tem como objetivo medir a rentabilidade total do projeto e é calculado pela diferença entre o valor presente do fluxo de caixa e o valor investido.
- B indica o tempo necessário para recuperar o investimento inicial, sem levar em consideração qualquer taxa mínima de atratividade.
- C tem como objetivo determinar uma taxa de desconto em que o valor presente líquido seja nulo.
- D indica o tempo necessário para recuperar o investimento inicial, considerando os fluxos de caixa trazidos a valor presente a partir de uma taxa de desconto pré-definida.
- E sempre apresenta o mesmo resultado que o *payback* simples, desde que os fluxos de caixa sejam positivos.

Questão 23

O número de pedidos de compra de um ativo financeiro em uma plataforma de negociação é modelado por uma variável aleatória de Poisson. Em média, 6 pedidos são executados por hora.

A partir da situação hipotética precedente, considerando X como o número de pedidos realizados entre as 9h30 e as 11h, assinale a opção que corresponde à probabilidade de X ser estritamente maior que 8 e menor ou igual a 10.

- A $\left(1 + \frac{9}{10e}\right) \frac{9^9 e^{-9}}{9!}$
- B $19 \frac{9^9 e^{-9}}{10!}$
- C $261 \frac{9^8 e^{-9}}{10!}$
- D $16 \frac{6^9 e^{-6}}{10!}$
- E $186 \frac{6^8 e^{-6}}{10!}$

Questão 24

Em um estudo acerca da distribuição de renda no estado, uma equipe de economistas modelou a renda mensal individual da população, em milhares de reais, entre indivíduos com renda positiva, por uma variável aleatória X sempre positiva. O logaritmo natural da renda mensal segue uma distribuição normal com média $\mu = 1$ e variância $\sigma^2 = 1/4$.

Com base na situação precedente, assinale a opção que apresenta corretamente a função densidade de probabilidade $f_X(x)$ da renda mensal X para $x > 0$.

- A $f_X(x) = \frac{2}{x\sqrt{2\pi}} e^{-2(\ln(x)-1)^2}$
- B $f_X(x) = \frac{2}{\sqrt{2\pi}} e^{-2(x-1)^2}$
- C $f_X(x) = \frac{2e^x}{\sqrt{2\pi}} e^{-2(e^x-1)^2}$
- D $f_X(x) = \frac{2}{\sqrt{2\pi}} e^{-2(e^x-1)^2}$
- E $f_X(x) = \frac{2}{\sqrt{2\pi}} e^{-2(\ln(x)-1)^2}$

Questão 25

Uma empresa está planejando o estoque de um produto para uma campanha promocional com 64 potenciais compradores. Acredita-se, nessa empresa, que cada consumidor tem a mesma probabilidade de comprar 0 ou 2 unidades do produto durante a promoção. Nessa campanha, sabe-se também que nenhum comprador poderá adquirir uma única unidade ou mais de 2 unidades desse produto. Além disso, sabe-se que as decisões de compra são independentes umas das outras.

A partir da situação hipotética precedente, assinale a opção que apresenta a quantidade do produto que a empresa deve manter em estoque para ter 95% de certeza de que não haverá falta desse produto, considerando $\Phi^{-1}(0,95) = 1,645$ como um quantil da distribuição normal padrão e utilizando o teorema central do limite, sem a aplicação da correção de continuidade.

- A** 66 unidades
- B** 72 unidades
- C** 78 unidades
- D** 91 unidades
- E** 128 unidades

Questão 26

Certo mercado tem 12 ativos dos quais um número desconhecido θ desses ativos é de alto retorno, e o restante é de baixo retorno, em que $\theta \in \{0, 1, 2, \dots, 12\}$. Um investidor realiza 5 sorteios aleatórios e independentes entre esses 12 ativos, sempre repondo o ativo sorteado antes do próximo sorteio, de modo que a composição do mercado seja sempre a mesma. Nos 5 sorteios realizados, o investidor observou 4 ativos de alto retorno e 1 ativo de baixo retorno.

Com base na situação precedente, assinale a opção que representa corretamente o valor de θ que torna mais provável o resultado observado pelo investidor nos 5 sorteios, utilizando o método de máxima verossimilhança.

- A** 6
- B** 7
- C** 8
- D** 10
- E** 11

Questão 27

Maria, servidora pública municipal, descobriu que o setor de recursos humanos da prefeitura mantém um registro interno com informações desabonadoras a seu respeito, que são, segundo ela, completamente falsas. Preocupada com os impactos em sua carreira, Maria protocolou requerimento administrativo para o acesso formal e a imediata retificação daqueles dados. Passados dois meses sem nenhuma resposta da administração, e imaginando que o órgão cobraria uma taxa de expediente para a emissão de qualquer certidão ou documento, ela decidiu buscar assistência jurídica para impetrar remédio constitucional, com vistas a corrigir as informações de forma gratuita.

Nessa situação hipotética, de acordo com o disposto na Constituição Federal de 1988 (CF),

- A** a ação cabível é o *habeas data*, que, voltado especificamente para a retificação de dados pessoais em bancos de entidades governamentais, é uma ação constitucionalmente gratuita.
- B** Maria não poderá resolver a situação sem realizar dispêndios, porquanto a gratuidade das ações constitucionais restringe-se ao *habeas corpus*, ação inadequada para o propósito da servidora.
- C** Maria pode acionar o sindicato para impetrar mandado de segurança coletivo, pois a proteção de registros funcionais contra falsidades administrativas configura um interesse difuso de toda a categoria dos servidores municipais.
- D** a ação cabível é o mandado de injunção, visto que a ausência de resposta da prefeitura configura falta de norma regulamentadora que inviabiliza o exercício da cidadania da referida servidora.
- E** o remédio adequado é o mandado de segurança, pois a não retificação de dados pessoais falsos viola direito líquido e certo, sendo esse remédio, ao lado do *habeas corpus*, as únicas ações constitucionais gratuitas.

Espaço livre

Questão 28

Em cada um dos itens a seguir, é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva que deve ser julgada com base nas disposições constitucionais e no entendimento do STF acerca do direito de greve de servidores públicos.

- I Um grupo de investigadores e escrivães da polícia civil de um estado da Federação decidiu deflagrar paralisação de 48 horas como forma de pressionar o governo local por reajuste salarial, tendo suspenso os registros de ocorrência e as investigações em andamento. Nessa situação hipotética, o movimento do grupo de servidores é legítimo, visto que, como não há norma regulamentadora de greve para o setor público, aplica-se a lei de greve concernente ao setor privado.
- II Servidores de uma autarquia municipal de trânsito paralisaram suas atividades por duas semanas em busca de reestruturação de carreira. Nessa situação hipotética, ainda que a greve não seja abusiva, é lícito que a chefia do órgão determine o desconto imediato dos dias não trabalhados na folha de pagamento relativa ao mês da paralisação, ausente a formalização de qualquer acordo de compensação com os servidores.
- III Servidor de fundação pública estadual em estágio probatório (não estável) participou de greve recente da categoria. Nesse caso, a direção da fundação tem respaldo constitucional para instaurar processo de avaliação especial de desempenho e registrar a ocorrência de falta grave do servidor, sob a justificativa de que sua participação em movimento grevista configura fato desabonador de sua conduta funcional.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 29

João, responsável legal por sua genitora, pessoa com deficiência que demanda cuidados imprescindíveis, é servidor público municipal estável da prefeitura de Porto Velho. Recentemente, ele assumiu o cargo de diretor de operações em uma grande empresa privada de engenharia civil que possui um contrato administrativo vigente, sob cláusulas uniformes, para o fornecimento de materiais de pavimentação ao município. Paralelamente, João foi eleito para integrar a diretoria do sindicato de sua categoria funcional.

Com base na situação hipotética apresentada e no disposto na Lei Orgânica do Município de Porto Velho, assinale a opção correta.

- A O período em que João permanecer afastado para o exercício do mandato sindical será computado integralmente para efeitos de aposentadoria, sendo-lhe assegurado, inclusive, o cômputo regular para fins de promoção por merecimento.
- B João deverá ser demitido do serviço público municipal, haja vista a proibição absoluta de que qualquer servidor ocupe cargo de direção em empresa que realize contratos com o município.
- C A chefia de João poderá determinar, de ofício e de forma motivada, com o fim de otimizar a estrutura administrativa, a sua transferência para uma repartição situada em outro distrito municipal durante o efetivo exercício de seu mandato eletivo sindical.
- D João tem direito adquirido à redução de até um terço de sua carga horária funcional ordinária, em razão de sua responsabilidade para com sua genitora.
- E Para exercer o mandato sindical com exclusividade, João poderá ficar totalmente à disposição do sindicato, com ônus para o seu órgão público de origem.

Questão 30

Após a realização de uma ampla reforma administrativa, o prefeito de Porto Velho, com o intuito de otimizar os serviços e as ações de fiscalização territorial da municipalidade, cogitou editar um decreto de criação de guarda executiva de trânsito, sob a forma de autarquia, com a atribuição, a ser prevista no mesmo ato normativo do prefeito, de coordenar as autuações administrativas e gerir o plano de carreira de seus novos agentes públicos civis.

Em relação a essa situação hipotética, assinale a opção correta de acordo com a Lei Orgânica do Município de Porto Velho.

- A A matéria deve ser tratada em lei ordinária, com a convocação obrigatória de, no mínimo, duas audiências públicas para debater o tema.
- B A descentralização de serviços públicos por meio de autarquias insere-se nas atribuições do chefe do Poder Executivo municipal, podendo ser formalizada via decreto regulamentar.
- C A iniciativa para legislar sobre criação de cargos, empregos e funções públicas, bem como para criar, estruturar e definir atribuições dos órgãos da administração pública municipal, é privativa da Câmara de Vereadores.
- D A criação de cargos, empregos e funções públicas bem como a criação, estruturação e definição de atribuições dos órgãos da administração pública municipal dependem obrigatoriamente de lei complementar.
- E Ainda que a criação de cargos, empregos e funções públicas bem como a criação, a estruturação e a definição de atribuições dos órgãos da administração pública municipal sejam de competência privativa do chefe do Poder Executivo municipal, a matéria deve ser tratada em lei ordinária.

Espaço livre

Questão 31

Uma grande rede de comércio varejista (controladora) contratou uma empresa especializada em tecnologia da informação (operadora) para realizar o processamento e o armazenamento do banco de dados de seus clientes. Sem o conhecimento da rede varejista, a empresa de tecnologia descumpriu as diretrizes de segurança combinadas e efetuou o tratamento dos dados em total desconformidade com as instruções lícitas fornecidas e com as normas legais, o que resultou no vazamento de informações sensíveis e causou danos morais e materiais aos consumidores. Em razão do incidente, um grupo de clientes ingressou com uma ação judicial de reparação de danos.

Com base na situação hipotética apresentada e nas regras relativas aos agentes de tratamento de dados pessoais e às responsabilidades previstas na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), assinale a opção correta.

- Ⓐ As hipóteses de violação do direito do titular descritas no caso, por envolverem vazamento de dados, ficam submetidas estritamente à LGPD, restando afastadas todas as regras de responsabilidade previstas na legislação consumerista.
- Ⓑ A empresa de tecnologia responderá solidariamente com a rede de comércio varejista pelos danos causados aos titulares dos dados, uma vez que descumpriu as obrigações legais e não seguiu as instruções lícitas da controladora, equiparando-se a ela para fins de indenização.
- Ⓒ Como regra, o ônus da prova relativa aos danos competirá à rede de comércio e à empresa de tecnologia, podendo o juiz inverter o ônus da prova em favor dos titulares dos dados apenas se constatada a hipossuficiência para fins de produção de prova.
- Ⓓ Haverá exclusão da responsabilidade da empresa de tecnologia se ficar provado que o dano decorreu de uma falha em seu próprio sistema, sendo a rede varejista eximida também de responsabilidade de qualquer dever reparatório.
- Ⓔ A empresa de tecnologia responderá sozinha pelos danos causados, haja vista a exclusividade de sua conduta, ficando a rede de comércio varejista isenta de qualquer obrigação de ressarcimento perante terceiros.

Espaço livre

Questão 32

A secretaria de saúde do município X firmou convênio administrativo com uma rede de laboratórios privados de diagnóstico para descentralizar a realização de exames laboratoriais vinculados a uma campanha de medicina preventiva. Para a operacionalização do serviço, o órgão público realizou a transferência de dados pessoais e históricos médicos dos pacientes para a base de dados da empresa parceira, tendo limitado o tratamento estritamente ao cumprimento daquela atividade pública específica, e comunicou formalmente a assinatura do instrumento à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

Nessa situação hipotética, de acordo com o disposto na LGPD, a conduta do poder público consistente em transferir os dados pessoais para a entidade privada é

- Ⓐ inválida, pois a transferência de dados pessoais a entidades privadas depende, obrigatoriamente, de prévia autorização judicial específica ou de consentimento por escrito e individualizado de cada um dos pacientes.
- Ⓑ inválida, pois o ordenamento jurídico proíbe o envio de prontuários médicos a laboratórios particulares se o poder público municipal mantiver esses dados armazenados em formatos estruturados de forma interoperável.
- Ⓒ válida, visto que a transferência está respaldada em convênio administrativo e visa à execução descentralizada de atividade pública, tendo sido observado o requisito obrigatório relativo à comunicação formal à ANPD.
- Ⓓ inválida, pois o poder público é proibido de transferir ou compartilhar dados pessoais de suas bases de dados com pessoas jurídicas de direito privado, devendo o tratamento ser executado exclusivamente por servidores e órgãos públicos.
- Ⓔ válida, desde que a comunicação orquestrada pela secretaria de saúde à ANPD tenha sido acompanhada do pagamento da taxa de expediente regulamentar de compartilhamento público-privado.

Questão 33

Em cada um dos itens seguintes, é apresentada uma situação hipotética relativa a atos praticados por servidores ocupantes dos cargos de auditor fiscal e assistente de arrecadação do município de Porto Velho. Julgue-os a respeito de sua consonância com as atribuições e competências previstas na Lei Complementar municipal n.º 1.034/2025.

- I João, assistente de arrecadação, recebeu processo de revisão cadastral imobiliária e, após analisar minuciosamente as certidões apresentadas, lavrou despacho fundamentado com a juntada de documentos comprobatórios e efetuou o lançamento de revisão do IPTU de um contribuinte.
- II José, auditor fiscal da receita municipal, ao constatar que uma empresa de pavimentação utilizara contratos simulados para omitir a prestação de serviços tributáveis, desconsiderou formalmente tais negócios jurídicos, tendo em vista que a finalidade da empresa auditada era dissimular a ocorrência do fato gerador do imposto.
- III Maria, assistente de arrecadação designada para atuar na instrução de processos administrativos de imunidade tributária de templos de qualquer culto, após concluir a análise e o processamento dos dados fiscais de determinada entidade, exarou o parecer fiscal, deferiu o benefício e promoveu a baixa definitiva da exigibilidade do imposto no sistema fazendário.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Nenhum item está certo.
- Ⓑ Apenas o item II está certo.
- Ⓒ Apenas o item III está certo.
- Ⓓ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓔ Apenas os itens I e III estão certos.

Questão 34

José, servidor público do município de Porto Velho, trabalha como vigilante do patrimônio público municipal, desempenhando suas funções em contato permanente com condições que o expõem a roubos e violência física. Em razão de uma necessidade excepcional e temporária da unidade administrativa devidamente justificada, o chefe do Poder Executivo local, ante a existência de disponibilidade orçamentária, autorizou que a jornada de trabalho de José fosse acrescida em 3 horas suplementares em determinado dia. O laudo pericial de seu local de trabalho também apontou que ele atua com habitualidade em ambiente com grau médio de insalubridade.

A partir da situação hipotética narrada, assinale a opção correta segundo a Lei Complementar municipal n.º 385/2010.

- Ⓐ Ainda que o município forneça a José equipamentos de proteção individual que neutralizem os riscos e danos à saúde a que está submetido, permanecerá o direito aos adicionais de periculosidade e insalubridade, uma vez que estes são inerentes ao cargo exercido.
- Ⓑ José poderá acumular integralmente o adicional de periculosidade de 40% e o adicional de insalubridade de 20%, ambos calculados sobre o seu vencimento básico, haja vista a natureza distinta dos riscos.
- Ⓒ A atividade de vigilância do patrimônio público municipal exercida por José lhe confere direito exclusivamente ao adicional de insalubridade, visto que a periculosidade é restrita a inflamáveis, explosivos e energia elétrica.
- Ⓓ José faz jus ao recebimento das horas suplementares trabalhadas, as quais serão remuneradas com um acréscimo de 50% calculado sobre o valor da sua hora normal de trabalho, tendo como base de cálculo apenas o seu vencimento básico.
- Ⓔ A autorização para a realização de 3 horas suplementares na jornada diária é ilegal, pois a legislação estabelece limite máximo linear de 2 horas por dia.

Questão 35

Julgue os itens que se seguem, com base no disposto na LC n.º 456/2012 do município de Porto Velho.

- I É facultada a emissão da nota fiscal de serviços eletrônica (NFS-e) por ocasião da prestação de serviço que constitua fato gerador do ISSQN.
- II O contribuinte autorizado à emissão de NFS-e deve apresentar a guia de informação mensal do ISSQN bem como possuir o livro de registro de prestação de serviços (LRPS).
- III É vedada a alocação ou utilização na NFS-e de CPF de pessoa que não seja efetivamente a tomadora de serviço.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item III está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 36

Acerca da contribuição para custeio da iluminação pública (COSIP), julgue os itens a seguir, de acordo com o disposto na LC n.º 675/2017 do município de Porto Velho.

- I O proprietário de imóvel não edificado que não possua unidade medidora é contribuinte da COSIP.
- II É fato gerador da COSIP a utilização, efetiva ou potencial, dos serviços públicos de iluminação pública e de sistema de monitoramento.
- III A base de cálculo da COSIP corresponde ao gasto dos serviços de iluminação pública e monitoramento a ser objeto de rateio entre os contribuintes.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item III está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 37

Assinale a opção em que é citada hipótese de exclusão do crédito tributário, consoante o disposto na LC n.º 878/2021 do município de Porto Velho.

- Ⓐ moratória
- Ⓑ anistia
- Ⓒ transação
- Ⓓ compensação
- Ⓔ parcelamento

Questão 38

Conforme o disposto na LC n.º 878/2021 do município de Porto Velho, extinguem a exigibilidade do crédito tributário

- Ⓐ a prescrição e a decadência.
- Ⓑ as reclamações e os recursos.
- Ⓒ o parcelamento e a decisão judicial.
- Ⓓ a moratória e a transação.
- Ⓔ o depósito do seu montante integral e a remissão.

Questão 39

Com base nas disposições da LC n.º 878/2021 do município de Porto Velho, julgue os próximos itens.

- I É defeso à administração tributária municipal exercer competência tributária delegada, em relação às funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou executar leis bem como serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferidas a Porto Velho por outro ente da Federação.
- II A administração tributária municipal, de natureza permanente, una, indivisível e essencial ao funcionamento do município de Porto Velho, será exercida pela Secretaria Municipal de Fazenda.
- III Cabem à administração tributária municipal, concorrentemente com as administrações tributárias dos demais entes federativos, as atividades de fiscalização e auditoria do cumprimento da legislação tributária do Simples Nacional, bem como o lançamento e a aplicação de sanções por infrações às normas desse regime de tributação.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item II está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 40

Um recibo provisório de serviços (RPS) emitido no dia 15 de agosto deve ser convertido em NFS-e, de acordo com o Decreto n.º 12.879/2012 do município de Porto Velho,

- Ⓐ até o último dia útil daquele mês de agosto.
- Ⓑ até o 5.º dia do mês de setembro.
- Ⓒ em até 30 dias contados da data de sua emissão.
- Ⓓ em até 10 dias contados da data de sua emissão.
- Ⓔ até o dia 10 do mês de setembro.

Questão 41

Julgue os seguintes itens, em conformidade com o disposto no Decreto n.º 15.547/2018 do município de Porto Velho.

- I A COSIP visa custear o serviço de iluminação pública, que compreende a iluminação de vias, logradouros e demais locais públicos de uso comum, excluídas as atividades acessórias de instalação, manutenção e expansão da rede de iluminação pública.
- II No município de Porto Velho, competem privativamente à Secretaria Municipal de Fazenda a cobrança e o recolhimento da COSIP.
- III Nos casos de imóvel não edificado, a COSIP será devida, lançada e cobrada anualmente.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item II está certo.
- Ⓑ Apenas o item III está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 42

Com fundamento no Decreto n.º 18.749/2023 do município de Porto Velho, julgue os seguintes itens, relativos às certidões fiscais.

- I A situação tributária mostra a situação financeira do sujeito passivo exclusivamente em relação a seus débitos vencidos.
- II É garantido à pessoa física, jurídica ou a esta equiparada o direito de obter certidão acerca de sua situação cadastral ou tributária.
- III As certidões deverão ser disponibilizadas na Internet para acesso e obtenção pelo próprio interessado, sem pagamento de taxas ou tarifas.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item II está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 43

Durante auditoria na repartição fiscal de certo município rondoniano, o prefeito constatou que o resultado provisório do índice de distribuição do ICMS publicado pela Coordenadoria da Receita Estadual (CRE) em 2026 havia omitido os valores de duas autuações fiscais lavradas contra um grande frigorífico local. Consultado, o setor jurídico informou que a decisão administrativa desses dois autos de infração havia se tornado irrecorrível e definitiva no final do exercício anterior.

Nessa situação hipotética, de acordo com o Decreto estadual n.º 27.375/2022, o município

- Ⓐ deve protocolar pedido de retificação diretamente perante a Coordenadoria da Receita Estadual (CRE), visto que o regulamento veda a apresentação de recursos escritos ou impugnações diretamente à Gerência de Arrecadação (GEAR).
- Ⓑ perdeu o direito de pleitear a inclusão dos referidos créditos tributários na apuração corrente, visto que cabia à própria prefeitura monitorar o julgamento do Tribunal Administrativo de Tributos Estaduais (TATE) e requerer a atualização no Sistema Integrado de Tributação e Administração Fiscal (SITAFE) até o final de 2025.
- Ⓒ deve apresentar impugnação por escrito à Gerência de Arrecadação (GEAR) no prazo de 30 dias corridos, contados da publicação do resultado provisório.
- Ⓓ deve emitir certidão de débito municipal contra o frigorífico e reter os valores diretamente na agência bancária arrecadadora.
- Ⓔ deve aguardar o encerramento do exercício financeiro seguinte para computar os valores como confissão espontânea de período anterior.

Questão 44

Durante a apuração anual dos critérios educacionais para a distribuição de recursos orçamentários, a equipe técnica do município de Guajará-Mirim constatou que, devido a uma forte chuva no dia da aplicação das provas do Sistema de Avaliação Educacional de Rondônia (SAERO), apenas 75% dos alunos matriculados no 2.º e no 5.º anos do ensino fundamental realizaram os exames de língua portuguesa e matemática.

A partir da situação hipotética apresentada, assinale a opção correta consoante a disciplina do Decreto estadual n.º 27.376/2022.

- Ⓐ O município estará inapto a competir pelos recursos vinculados aos componentes de aprendizagem, equidade e evolução, por não ter sido atingido o comparecimento mínimo exigido de 80% dos alunos.
- Ⓑ O município receberá pontuação punitiva que reduzirá automaticamente em 50% os índices de aprovação computados no componente de rendimento do 1.º ao 5.º anos.
- Ⓒ O índice de comparecimento, no caso apresentado, será calculado com base na média dos três anos anteriores, ficando o município dispensado do cumprimento da cláusula de barreira de assiduidade no ano corrente.
- Ⓓ O município ficará completamente excluído do Índice de Desempenho Educacional de Rondônia (IDERO), perdendo o direito a qualquer cota-parte, inclusive dos componentes de rendimento escolar e de nível socioeconômico.
- Ⓔ O município poderá disputar normalmente todos os recursos, uma vez que o regulamento do Índice de Desempenho Educacional de Rondônia (IDERO) ressalva expressamente as exigências ali previstas nas situações em que constatada força maior.

Questão 45

O prefeito de determinado município de Rondônia reuniu sua equipe econômica para projetar as receitas de transferência do ICMS para o ano de 2026.

O secretário de finanças afirmou que, de acordo com o planejamento de transição estabelecido pela Lei Complementar (LC) estadual n.º 1.166/2022, o município deverá focar a eficiência de suas políticas de ensino, pois o peso do critério da educação, para fins do cálculo de índice de repartição do ICMS entre os municípios, terá mais peso do que o critério de repasse denominado “partes iguais”, que se baseia em divisão igualitária entre todos os municípios, correspondente à fração entre o percentual deste fator e o número de municípios que integram o estado na data da apuração dos índices.

Nessa situação hipotética, considerados os critérios de distribuição do ICMS para 2026 estabelecidos na citada LC, a afirmação do secretário é

- Ⓐ equivocada, porquanto, para 2026, são previstos os percentuais de 12% para partes iguais e de 10% para educação.
- Ⓑ equivocada, porquanto, para 2026, é previsto o percentual de 11% tanto para partes iguais quanto para educação.
- Ⓒ equivocada, porquanto, para 2026, são previstos os percentuais de 14% para partes iguais e de 10% para educação.
- Ⓓ acertada, porquanto, para 2026, são previstos os percentuais de 10% para partes iguais e de 12% para educação.
- Ⓔ acertada, porquanto, para 2026, são previstos os percentuais de 8% para partes iguais e de 14% para educação.

Questão 46

Cada um dos seguintes itens apresenta uma situação hipotética que contextualiza rotinas e procedimentos administrativos aplicados na apuração dos critérios de distribuição do ICMS em Rondônia.

- I Para fins de apuração do valor adicionado fiscal (VAF) de determinado município rondoniano, a equipe técnica realizou o respectivo cálculo extraíndo a média aritmética simples da relação percentual do valor adicionado daquela localidade com o do estado de Rondônia, considerando os dois exercícios anteriores ao ano da apuração.
- II No ano de 2025, para fins de cálculo do repasse do ICMS voltado ao critério da educação, optou-se pela realização de avaliação externa promovida por entidade especializada e contratada para essa finalidade técnica, em vez da utilização de índices oficiais divulgados pelo governo federal.
- III Para mensurar o critério de produção agrícola, pecuária e extrativista de determinada localidade, a equipe técnica do estado de Rondônia realizou o respectivo cálculo computando a média aritmética simples da produção primária do município nos dois exercícios anteriores ao da apuração dos índices a serem calculados para fins de distribuição do ICMS arrecadado pelo estado entre os respectivos municípios.

A partir dessas informações, é correto afirmar que o disposto na LC estadual n.º 1.166/2022 é devidamente obedecido na(s) situação(ões) descrita(s)

- Ⓐ no item I, apenas.
- Ⓑ no item III, apenas.
- Ⓒ nos itens I e II, apenas.
- Ⓓ nos itens II e III, apenas.
- Ⓔ em todos os itens.

Questão 47

Fiscais do município de Ji-Paraná, durante fiscalização em uma via local, abordaram um caminhão carregado de mercadorias saídas de uma indústria instalada em seu próprio território. Durante a verificação dos documentos fiscais obrigatórios que acompanhavam a carga, os agentes municipais constataram grave irregularidade na descrição da operação tributável do ICMS.

Em relação a essa situação hipotética, conforme o disposto na Lei Complementar federal n.º 63/1990, que dispõe sobre critérios de repartição do ICMS entre os municípios, é correto afirmar que os agentes fiscais

- Ⓐ poderão lavrar auto de infração e aplicar penalidades, uma vez que os eventos ocorreram nos limites territoriais do município de Ji-Paraná.
- Ⓑ têm competência plena para apreender as mercadorias até que sejam sanadas as irregularidades.
- Ⓒ são incompetentes para conferir documentos de operações que envolvam a cobrança do ICMS, por ausência de amparo legal.
- Ⓓ devem comunicar a irregularidade ao órgão estadual incumbido do cálculo do índice a ser aplicado para fins de rateio da arrecadação do ICMS entre os municípios, sendo-lhes vedado apreender as mercadorias ou impor penalidades.
- Ⓔ podem cobrar uma taxa de vistoria móvel e reter o veículo até que a indústria regularize o cadastro fiscal perante a prefeitura.

Questão 48

O estado X realizou um acordo de transação tributária e extinguiu, por meio de compensação de débitos mútuos, um vultoso crédito tributário de ICMS de uma grande empresa de energia. Sob o argumento de que não houvera entrada física de dinheiro nos cofres públicos, aquele estado postergou o repasse financeiro da cota-parte devida ao município Y. O ente municipal, por sua vez, exigiu que fossem repassados os valores originalmente devidos, independentemente dos descontos concedidos na transação em favor do contribuinte.

A partir dessa situação hipotética, assinale a opção correta à luz da LC n.º 63/1990 e da jurisprudência do STF.

- Ⓐ O estado X pode reter a verba por tempo indeterminado até que o tribunal de contas estadual valide a transação tributária realizada.
- Ⓑ O município Y tem razão quanto à pretensão de repasse integral da cota-parte, com base nos valores originalmente devidos pelo contribuinte, sem abatimentos decorrentes dos descontos concedidos na transação.
- Ⓒ É tolerada a postergação do repasse pelo ente estadual por até 30 dias, a partir de quando haverá a incidência exclusiva de correção monetária.
- Ⓓ A conduta do estado X é legítima, visto que as regras de repartição de receitas tributárias constitucionais se aplicam apenas a ingressos financeiros em moeda corrente.
- Ⓔ A conduta do estado X é ilegítima, porquanto a cota-parte do município Y deveria ter sido depositada no mesmo ato da compensação.

Questão 49

Cada um dos próximos itens apresenta uma situação hipotética relativa à apropriação do VAF no âmbito de municípios rondonianos.

- I Uma distribuidora de energia elétrica realizou o fornecimento e faturou o consumo de eletricidade de diversas indústrias instaladas no município de Vilhena. Para fins de cálculo do VAF, a auditoria governamental computou o montante econômico dessas operações em favor do município onde estão localizados os parques fabris dos destinatários finais que consumiram a energia, e não do município em que está situada a sede da geração de energia.
- II Um produtor rural, pessoa física, promoveu a saída de sua produção primária de grãos acobertada por uma nota fiscal própria. Todavia, a *trading* de alimentos adquirente emitiu, em conformidade com a legislação, uma nota fiscal de entrada para acobertar a mesma operação. No cálculo do VAF do município, o sistema informatizado computou a nota fiscal de entrada da empresa em substituição à nota de saída do produtor.
- III Uma microempresa sediada no município de Vilhena, optante pelo Simples Nacional, declarou uma receita bruta anual de R\$ 100.000,00 no ano-base da apuração. Para fins de cálculo do VAF da localidade, o sistema automatizado da SEFIN computou como valor adicionado aquele valor integral, sob a justificativa de que as empresas do referido regime são dispensadas dos controles ordinários de entrada e saída.

Considerando-se as informações apresentadas, é correto afirmar que há compatibilidade com as regras do Decreto estadual n.º 27.375/2022 na(s) situação(ões) descrita(s)

- A** no item I, apenas.
- B** no item II, apenas.
- C** nos itens I e II, apenas.
- D** nos itens I e III, apenas.
- E** em todos os itens.

Questão 50

No primeiro ano de implantação e divulgação do IDERO pelo governo de Rondônia, a Secretaria de Estado da Educação (SEDUC) compilou os primeiros dados das redes públicas municipais de ensino obtidos por meio do SAERO e do Censo Escolar, realizado pelo INEP. Ao estruturar a planilha de cálculo para a publicação do índice provisório de cada localidade, a equipe técnica estadual deparou-se com o desafio de aplicar a metodologia de cálculo para o componente de evolução, visto que se tratava do marco zero da avaliação no estado.

Na situação hipotética apresentada, de acordo com o Decreto n.º 27.376/2022, o estado de Rondônia, em relação àquele componente específico, deve

- A** calculá-lo por meio da estimativa de uma taxa de crescimento fixa de 1% em relação aos dados nacionais do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), a fim de superar a lacuna metodológica.
- B** aplicar penalidades administrativas aos municípios que não apresentarem relatórios retroativos de desempenho escolar dos últimos dois anos civis.
- C** substituí-lo pelo resultado unificado do componente de nível socioeconômico, dobrando o peso deste na equação final.
- D** obrigatoriamente adiar a divulgação de todo o IDERO por até 12 meses, até que se acumulem os dados históricos necessários para o cálculo da média transformada.
- E** desconsiderá-lo na composição do IDERO, em razão da previsão de excepcionalidade expressa para o primeiro ano de divulgação do índice.

Espaço livre